

## A “ÉTICA” DA CONCORRÊNCIA: CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO – 1900-1950

Marcelo Squinca da Silva<sup>1</sup>  
E-mail: [profschi@terra.com.br]

**RESUMO:** O presente texto reflete sobre a postura que empresários nacionais e estrangeiros assumiam na disputa pelo controle da prestação de serviços de utilidade pública no setor de energia elétrica, em contraposição à natureza monopolista das concessões mantidas pelas empresas estrangeiras (como a Light and Power e a Amforp) e a sua forma de ação para atingir e manter seus privilégios no Brasil. A definição das políticas para o setor de elétrica no Brasil espelha um aspecto da forma particular de conservadorismo que caracteriza nossa formação social. É uma característica que podemos perceber quando adentramos aos documentos que tratam desta questão, particularmente os que registram os debates dos grupos nacionais e estrangeiros que se manifestam quando das definições sobre as políticas públicas para o citado setor, o que ocorre desde o início da República Velha e, por que não, até os nossos dias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Energia elétrica, monopolismo e concessionárias estrangeiras

### THE “ETHICS” COMPETITION: CAPITAL CONCENTRATION IN THE BRAZILIAN ELECTRICITY SECTOR

**ABSTRACT:** This paper reflects on the attitude that domestic and foreign businessmen took in the struggle for control of the provision of public services in the electricity sector, as opposed to the monopolistic nature of the concessions held by foreign companies (such as Light and Power and Amforp ) and its form of action to achieve and maintain its privileges in Brazil. The definition of policies for the electric sector in Brazil reflects an aspect of particular form of conservatism that characterizes our social training. It is a feature that we can see when we enter to documents dealing with this issue, particularly those that record the discussions of domestic and foreign groups that manifest when the definitions of public policy for the said sector, which takes place from the beginning of the Old Republic and, why not, to this day.

**KEYWORDS:** Electricity, monopoly and foreign dealers

### Introdução

O presente texto reflete sobre a postura que empresários nacionais e estrangeiros assumiam na disputa pelo controle da prestação de serviços de utilidade pública no setor

<sup>1</sup> PUC/SP-Cogea. E-mail: profschi@terra.com.br

de energia elétrica, em contraposição à natureza monopolista das concessões mantidas pelas empresas estrangeiras (como a Light and Power e a Amforp) e a sua forma de ação para atingir e manter seus privilégios no Brasil.

A definição das políticas para o setor de elétrica no Brasil espelha um aspecto da forma particular de conservadorismo que distingue nossa formação social. É uma característica que podemos perceber quando adentramos aos documentos que tratam desta questão, particularmente os que registram os debates dos grupos nacionais e estrangeiros que se manifestam quando das definições sobre as políticas públicas para o citado setor, o que ocorre desde o final da República Velha e, por que não, até os nossos dias.

São opiniões dos segmentos sociais organizados para a defesa de seus interesses particulares, mas que expressam a complexa relação entre a sociedade civil, o Estado e os pleitos sociais decorrentes do acelerado processo de urbanização do país. Em outros termos, são demandas inerentes ao desenvolvimento que ocorre no país, mas que assumem uma forma particular, dado que as políticas públicas – seja enquanto decisões, seja enquanto práticas – não dão conta de prevenir ou atender às necessidades sociais, particularmente as urbanas.

Em expansão crescente, estas necessidades não são dimensionadas pelos governos que se sucedem, mas são perfiladas por empresários que aí vêem um setor rentável que merece atenção. Atentos à incapacidade do Estado de prover tal demanda, pressupõem sua terceirização ou privatização, talvez subsidiada pelo poder público. As divergências que se instalam entre estes segmentos em face desta constatação e a ausência de alternativas de solução ao desenvolvimento do setor, de forma autônoma em relação aos recursos públicos, revela uma burguesia empresarial que se gesta subordinada e dependente do Estado. Revela-se, assim, a face do conservadorismo referida inicialmente como uma das características do desenvolvimento híper-tardio do capitalismo no país.

O conservadorismo se manifesta no Brasil como um componente do capitalismo *híper-tardio* que, conforme procuramos sintetizar, manifesta-se não apenas pelo atraso do desenvolvimento das relações capitalistas, mas também pela postura dos ideólogos e nas decisões políticas que expressam as intencionalidades da classe dominante – estas, analisadas em face da potencialidade inerente à concretude social de que são parte integrante, estão sempre aquém das possibilidades de desenvolvimento vigentes. Além disso, a burguesia é frágil e por isso, para promover o desenvolvimento, alia-se às forças conservadoras que necessitaria superar para sua própria ascensão, reprimindo as massas em geral e os trabalhadores em particular. Também não pode prescindir do capital internacional para tal promoção em termos tecnológicos, financeiros, mercadológicos, de padrões de produtividade e outros.

Os trabalhadores, por sua vez, também se configuram no interior desta ordem fragilizada e não conseguem identificar a alternativa revolucionária, ou seja, não encontram a sua radicalidade, propondo sempre vias no interior mesmo do capitalismo. Mas reagem ao aprofundamento da exploração da mais-valia, num confronto que explica a necessária presença e conseqüente subordinação da burguesia aos militares em períodos de renovação do parque tecnológico. Cumprida a tarefa da repressão, há períodos de arrefecimento do controle sobre os trabalhadores, dado que a potencialidade de manifestação

destes sujeitos está fragilizada e o ciclo de renovação do capitalismo se concretiza, assim, em sua forma conservadora<sup>2</sup>.

Por outro lado, dado que os monopólios são da natureza do capitalismo imperialista, isto é, integram a sua lógica constitutiva, estas manifestações monopolistas no Brasil devem ser consideradas nesta dimensão. Um aprofundamento em nossa análise nos permitiria caracterizar a posição relativa de sua particularidade no Brasil em face da correlação de forças internacionais, estudo este que ainda está por ser feito e ao que não adentraremos aqui.

Destarte, não se pode perder de vista que o imperialismo, como demonstrou Lênin, é um estágio do capitalismo, com certas necessidades e procedimentos correlatos, em que se impôs o poder dos monopólios e dos grandes bancos e que foi levado a se lançar à dominação colonialista e à guerra pela necessidade de criar e expandir mercados. Lênin patenteou ainda a importância que certos procedimentos tomaram nesta etapa do capitalismo: a intensificação da exportação de capital, a repartição do mundo entre trustes internacionais e o estabelecimento de territórios coloniais fornecedores de matéria-prima e força de trabalho baratas divididos entre as grandes potências capitalistas<sup>3</sup>.

Em outras palavras, a elevação da capacidade produtiva de algumas empresas das grandes potências capitalistas e, com efeito, o crescimento de suas taxas de acumulação e lucro de forma vertiginosa as levaram a concentrar grande quantidade de capital, proporcionando-lhe absorver outras empresas menos competitivas, fato que chamamos *monopolismo*.

Para outro importante representante da teoria sobre o imperialismo:

A incrível rapidez da expansão da economia mundial, nas últimas décadas, foi provocada pelo extraordinário crescimento das forças produtivas de capitalismo, o que podemos mostrar pelo *progresso técnico*. Neste terreno, as principais conquistas foram os processos encontrados para a obtenção de energia elétrica e sua transmissão a distância, o que engendrou uma relativa independência do lugar de produção da energia, assim como a utilização de forças nela contidas e outrora totalmente inacessíveis. (BUKHARIN, 1969, p. 35.)

O fato é que o crescimento vertiginoso verificado na economia mundial, na segunda metade do século XIX, incluindo-se aí a área de energia elétrica, possibilitou às empresas que detinham tal tecnologia ampliar seus investimentos em mercados de consumo potencial fora de suas áreas de emergência.

Tal fato, desde então, levou as empresas representantes do capitalismo monopolista a exportar parcela da sua produção de mercadorias, e até mesmo do seu próprio capital, para evitar crises no sistema capitalista. Isto explica por que, a partir da segunda

2 Capital atrofico é a designação específica dada por J. Chasin ao capital que aqui se configurou, caracterizado por sua debilidade e timidez objetivas, próprias a um capital induzido externamente, incapaz de perspectivar sua autonomia, incompleto e incompletável, assentado na superexploração da força de trabalho, impossibilitando a incorporação das classes subalternas e a criação de um mercado consumidor de massas. A este tipo de capital corresponde uma burguesia débil e tímida, autocrática e subordinada ao imperialismo, enquanto internamente oprime econômica e politicamente a classe trabalhadora. Sobre o tema, ver: (CHASIN, 2000.) e (CHASIN, 1999.)

3 Sobre este tema ver: (LENINE, 2000.)

metade do século XIX, foram realizados grandes investimentos com o capital estrangeiro na América Latina, sobretudo no Brasil. Em países como o nosso, tais aplicações encontravam maior possibilidade de lucro, pois o capital estrangeiro aqui se deparava com força de trabalho e matérias-primas mais baratas, além do que se evidenciava o desenvolvimento de uma industrialização que se caracterizaria por ser, conforme Chasin, *híper-tardia*, em que

*.../o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do 'verdadeiro capitalismo', do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. .../ a industrialização principia a se realizar efetivamente .../ já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. (CHASIN, 2000, p. 44.)*

A ação imperialista no mundo se deu inicialmente com grande intensidade no setor financeiro e comercial. Neste último, o imperialismo, particularmente o inglês, encontrava possibilidades de investimentos com custos compensadores e, com efeito, maior lucro, enquanto no Brasil, na mesma época, ainda era a cafeicultura a base de sustentação da economia, um produto de segunda necessidade e submetido à alta competitividade no mercado internacional e sem as condições concretas para sustentar tal concorrência. Apesar disso, enquanto os ingleses, no contexto da divisão internacional da produção e do consumo, durante muito tempo exerceram hegemonia no interior desta, ainda fomos, ao longo de um tempo, o maior exportador mundial da sobremesa, isto é, o café. Tal produto, a despeito de inegavelmente ser o sustentáculo da economia brasileira naquele momento, colaborava também, através de excedentes de capital, para a expansão industrial e urbana.

Ao analisar a dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, Ruy Mauro Marini nos aponta que

*.../o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo brasileiro. Mais do que isto, e de um ponto de vista global, a industrialização foi a saída que o capitalismo brasileiro encontrou no momento em que a crise mundial, iniciada com a guerra de 1914, agravada pelo *crack* de 1929 e levada a seu paroxismo com a guerra de 1939, transtornava o mecanismo dos mercados internacionais. (MARINI, 2002, p. 79.)*

Neste contexto, e dadas as características internas vigentes no Brasil, a ação imperialista aqui, que já vinha do final do século XIX, manteve-se num *continuum*, assumindo setores para os quais já havia demanda, a exemplo da exploração de concessões de serviços de utilidade pública como esgoto, gás, comunicações, transportes, portos e, finalmente, energia elétrica, que foram objeto de investimentos. Na lógica da ordenação do Estado no Brasil, tais inversões eram consideradas pelo governo como sendo da sua competência. Mas, contraditoriamente, era também reconhecido que este não reunia recursos suficientes para a implementação destes serviços, em decorrência não apenas das condições do

próprio Estado, mas particularmente porque, para sustentar a competitividade do café no cenário internacional, era necessário subsidiá-lo.

Ora, tais serviços eram vitais para a urbanização e a industrialização que aqui ocorriam. A saída que o Estado encontrava para resolver a questão era a concessão<sup>4</sup> à iniciativa privada, para investir e obter lucros com a prestação destes serviços. O Estado garantia a prestação de serviços, mas para tanto era necessário que as empresas concessionárias assumissem também os custos. Como a grande burguesia nacional ainda estava voltada para os investimentos na agricultura cafeeira – não obstante algumas iniciativas que já se observavam nos grandes centros urbanos como São Paulo, cujo crescimento na época era explosivo –, tais concessões ficaram nas mãos do capital estrangeiro, nos moldes da ação imperialista monopolista. Monopólio a que os governos não ficavam atentos, dado que não havia competição nacional que os pudesse questionar, pelo contrário, eram bem-vindos, já que supriam uma necessidade interna e “modernizavam” o país. E “ai de quem contra eles se insurgisse”.

### **Monopolismo das concessionárias estrangeiras de energia elétrica em uma formação hiper-tardia**

A história da energia elétrica no Brasil se confunde com a urbanização e a industrialização. Mais especificamente, deu-se no processo verificado no Sudeste e Sul do país, no qual São Paulo ocupou papel preponderante.

Fonte indispensável para qualquer pesquisa acerca da nossa história econômica, as reflexões do historiador Caio Prado Júnior demonstram que a possibilidade do aproveitamento da energia hidrelétrica em abundância foi um dos fatores cruciais para a concentração industrial em São Paulo. Tal autor lembra que a “primeira usina elétrica paulista (empresa internacional com capitais ingleses, belgas e franceses, e sede em Toronto, Canadá) começa a funcionar em 1901, com um potencial de 8.000 hp.”<sup>5</sup>

O capital estrangeiro, “subsidiado” pelo governo, era representado pela empresa à qual se refere Caio Prado Júnior, ou seja, a São Paulo Railway Light and Power Empresa Cliente Ltd – São Paulo Railway, fundada no Canadá, em 7 de abril de 1899. Dizemos que o governo subsidiava porque “facilitava” a ação destes investidores, privilegiando-os na aquisição dos direitos de prestação dos serviços ou mesmo criando as condições, até mesmo pela omissão, de exercitarem práticas monopolistas. A São Paulo Railway tinha um capital inicial de US\$ 6 milhões e suas atividades no Brasil se destinariam à geração e distribuição de energia para a cidade de São Paulo.

Além das atividades já aventadas, a Light and Power se destinaria à implantação de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. Assim, a empresa garantiu o monopólio sobre os serviços de bondes e o fornecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo, através de um decreto do presidente da República, Campos Sales, naquele mesmo ano. Tal

4 “Permissão, autorização, deferimento. Faculdade do Poder Público de conferir a pessoa física ou jurídica particular a exploração privativa, em seu nome e sua própria conta, de indústria ou serviço de interesse ou de utilidade pública ou da coletividade, durante um certo período de tempo, auferindo proventos e vantagens mas responsabilizando-se por encargos e obrigações.” (GUIMARÃES, 1999, p. 189.)

5 PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 261.

monopólio foi implantado não por acaso naquele momento: nele a sociedade brasileira já passava por intenso crescimento urbano e industrial, relacionado à expansão da lavoura cafeeira em São Paulo, como já foi mencionado.

Em artigo publicado pela revista *História e Energia* da Fundação de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, Flávio Saes, ao avaliar a evolução da presença do grupo Light no Brasil, conclui que este se tornou o mais poderoso conglomerado a atuar no setor de energia elétrica no período da República Velha. No entanto, sua receita principal, até o final da década de 1910, não era originária do fornecimento de energia elétrica para as atividades residenciais, de indústria e comércio, mas sim originária da exploração do serviço de bondes elétricos, em que era três a cinco vezes maior. Tal situação só viria a se alterar a partir dos anos 10, devido ao elevado consumo de energia elétrica pela indústria. (SAES, 1986, p. 28.)

Empresários nacionais com capital extraído da exportação cafeeira, no entanto, também faziam suas investidas no setor, ou porque compreendessem o potencial de lucros aí contido ou porque também necessitassem de energia para consumo de empresas nas quais estavam investindo.

Assim, além do capital monopolista, em 1913, começou a funcionar a Usina Hidroelétrica Delmiro Gouveia. Pioneira no Nordeste, a usina de capital nacional privado foi construída para aproveitar o potencial da Cachoeira de Paulo Afonso, no Rio São Francisco. Delmiro A. C. Gouveia era um capitalista bem-sucedido no ramo de linhas, fios e fitas, com vendas vultosas em todo o país. Sua fábrica, a Estrela, estava localizada em Vila da Pedra, em Alagoas, a 20 km da Cachoeira de Paulo Afonso. A construção da usina estava logicamente associada ao aproveitamento industrial de energia para sua fábrica.

Gouveia foi assassinado em 10 de outubro de 1917, depois de ter recebido constantes pressões para que vendesse a fábrica. O crime, segundo alguns biógrafos do empresário, teria sido motivado pela dificuldade que sua organização impunha à penetração de empresas como a Machine Cotton, pertencente ao grupo inglês J. P. Coats & Co., no mercado brasileiro. Pelo senso comum, tal fato seria interpretado como expressão de falta de idoneidade ou de “mau caráter” dos agentes, pois que seriam analisados como indivíduos independentes, ou seja, isolados de sua sociabilidade concreta. Tal interpretação é recorrente, inclusive em segmentos da esquerda, que passam a considerar a burguesia como sendo constituída de indivíduos dotados de um defeito atávico, ou seja, indivíduos antiéticos. Daí proporem como solução para tal problema a “ética na política”, bem como a “ética na economia”, como se fosse possível abstrair os indivíduos das circunstâncias que os geram e sobre as quais atuam mediante condições que os determinam.

Como lembrou Marx:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX & ENGELS, s/d, p. 203)

Em face dessas reflexões, o assassinato de Delmiro Gouveia é visto aqui como uma expressão das relações sociais que se produzem num sistema que impede a relação humanitária dos indivíduos, dado que os subordina à lógica capitalista que só possibilita o individualismo desvairado, a aquisição da propriedade privada, e na qual a felicidade de cada um está na aquisição de bens materiais e na suplantação do outro, mesmo que para isso seja necessário matá-lo, isto é, negar a humanidade. Nesse sentido, a força social que representava este capitalista nacional naquele momento era de tal monta que na luta interclasses a forma encontrada para alterar a correlação de forças, tornando-a favorável aos interesses de um dos grupos, foi fazer exatamente o que manda o dito popular: *eliminar o concorrente*. Suprimidos os obstáculos que representavam eventuais empresários brasileiros, a concorrência que se estabeleceria seria entre as concessionárias estrangeiras.

Paralelamente, ocorria o crescimento de centros urbanos em todo o Estado de São Paulo. Devido a seu grande desenvolvimento industrial, desde 1910, assistiu-se ao nascimento de várias empresas municipais de energia elétrica. Tal como demonstra o historiador Gildo Magalhães, em seu estudo sobre a eletricidade na República Velha, dentre as mais importantes estavam: a Cia. Paulista de Força e Luz (CPFL), fundada por Manfredo A. da Costa e José B. de Siqueira, cujo serviço se destinava às cidades de Botucatu, São Manoel, Agudos e Bauru; a Empresa de Eletricidade de Rio Preto, pertencente ao grupo Salles Oliveira-Júlio Mesquita, que atendia a Jaboticabal e São Simão; a Cia. de Força e Luz de Ribeirão Preto, do grupo Silva Prado, fornecendo para Jaú, Barretos, Jardinópolis, Igarapava e Bebedouro. Havia ainda o grupo Ataliba Vale-Fonseca Rodrigues-Ramos de Azevedo, suprimindo Araraquara, Ribeirão Bonito, Rincão e Vale do Paraíba. No Estado do Rio de Janeiro, surgiu a Cia. Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), no ano de 1909, de propriedade dos Gaffrée, Guinle e Jorge Street. Seus serviços se destinavam a várias cidades do território do Rio de Janeiro. (MAGALHÃES, 2000, p. 54.)

Simultaneamente, em 1904 era fundada, no Canadá, a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Empresa Cliente – Rio de Janeiro Tramway. No ano seguinte, a empresa foi instalada no Rio de Janeiro, com o apoio do prefeito Pereira Passos e do presidente da República, Campos Sales. Suas atividades se iniciaram com a inauguração da iluminação pública da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco. Uma terceira empresa do grupo Light foi fundada em 1911: tratou-se da São Paulo Co., que surgiu visando ao aproveitamento do Salto de Ituporanga, localizado no Rio Sorocaba, que possibilitaria, com a construção de outra usina, aliviar a de Parnaíba, sobrecarregada devido ao crescimento no consumo de energia elétrica na cidade de São Paulo.

Observamos, portanto, que ainda na República Velha as empresas estrangeiras produtoras de energia elétrica iniciaram uma ofensiva para controlar a produção de energia, com o apoio dos governos federal e estaduais, principalmente nos centros economicamente mais importantes, como São Paulo e Rio de Janeiro. Tal fato levou, por exemplo, a Light and Power a deter, em 1930, 40% da capacidade total do fornecimento da energia elétrica do país.

A American and Foreign Power Empresa Cliente - Amforp, com sede nos Estados Unidos, iniciou suas atividades no Brasil em 1927. Fundou aqui uma subsidiária conhecida inicialmente como Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), que passou a se chamar depois

Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). Rapidamente, a Amforp adquiriu o controle de várias concessionárias que atuavam no interior de São Paulo e em Recife, Salvador, Natal, Maceió, Vitória, Niterói-Petrópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas. Como testemunhou Américo Barbosa de Oliveira, importante figura do governo Vargas na década de 30:

O progresso técnico e a melhoria de fator de carga das instalações foram enormes, principalmente para as grandes empresas. Isto assegurou-lhes extraordinária lucratividade e, portanto, grande capacidade de autofinanciamento, a ponto de em 1929 a Bond and Share vir comprar no Brasil cerca de 30 empresas, pagando-as por preço muito superior ao valor real. (OLIVEIRA in: FIALHO, 1979, p. 114.)

Podemos, de fato, assinalar que as empresas estrangeiras concessionárias de energia elétrica não tiveram prejuízos no Brasil. As tarifas sempre foram mantidas em níveis elevados, o que possibilitou ampliar suas instalações sem fazer grandes investimentos, como lembra, ainda, Barbosa de Oliveira:

O resultado dessa solução foi interessantíssimo. As tarifas foram fixadas em níveis tão elevados que todo o capital necessário às ampliações das instalações saiu do próprio lucro das empresas, isto é, foi o próprio consumidor de eletricidade que financiou o crescimento das empresas estrangeiras. (OLIVEIRA in: FIALHO, 1979, p. 118.)

Os conflitos entre os grupos de brasileiros e os de estrangeiros foram uma marca do setor ao longo da República Velha. Exemplo significativo foi o conflito entre os Gaffrée & Guinle e a Light, ocorrido em 1905, no Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Envolveu o projeto de iluminação pública da cidade, na qual, com o apoio das autoridades brasileiras e do Departamento de Estado dos EUA, o grupo brasileiro foi preterido. Num artigo intitulado “Monopólio da energia elétrica: William Reid e a Light and Power”, publicado pelo *Jornal do Commercio* em 1907, o monopólio conquistado pela Light no Distrito Federal foi apontado como ilegal, e o prefeito Pereira Passos, acusado como principal responsável por tal ilegalidade.

Vejamos:

Nem se poderá alegar com justiça que a Companhia estrangeira pagou 200 contos de réis ao Sr. Prefeito Passos para obter as alterações do seu contrato, e a sua transferência, e que isto lhe devia assegurar a posse do monopólio. Se os estrangeiros ladinos, cuidadosos e seguros pagaram tamanha soma, é que estavam convencidos de que obtinham um grande favor: era justamente a ilegal inovação do contrato sem cessação do monopólio, como o determinava a supracitada lei municipal de outubro de 1904. Ninguém compreende que homens astutos nos negócios dessem tantos contos de réis sem terem o que supunham ser um equivalente. Eles compravam simplesmente um ato ilegal, e a Prefeitura fez-se pagar bem. (CARONE, 1976, p. 190-1.)

6

Sobre o tema, ver: Cezar Teixeira HONORATO, “No Rio, conflitos entre capitalistas”, pp. 46-52.

A disputa entre o grupo Gaffrée & Guinle e as concessionárias estrangeiras no Rio de Janeiro se estendeu até o ano de 1909, quase sempre vencida pelas últimas. Então, o grupo brasileiro tentou vender energia originária de excedentes gerados por sua usina em Itatinga para a cidade de São Paulo. Foi, contudo, impedido pelo veto da Câmara Municipal da cidade, apesar da posição favorável do então prefeito Antônio Prado<sup>7</sup>. O choque entre os Guinle e a Light se estenderia pelas décadas seguintes no eixo Rio/São Paulo.

O artigo do industrial Eduardo Guinle, publicado originalmente em 14/3/1933 pelo *Jornal do Commercio*, reflete o pensamento de muitos empresários nacionais. De forma sintética, ressaltamos, das idéias apontadas pelo industrial, suas afirmativas de que: a) no mundo todo o setor elétrico passava por um processo de intervenção estatal, visando a reduzir os preços das tarifas; portanto, no Brasil deveria ocorrer o mesmo; b) o poder público deveria intervir diretamente na atividade, realizando investimentos, reduzindo desta forma a remessa de divisas para o exterior; c) havia clara evidência de que parcela dos consumidores industriais instalava grupos diesel (geradores) para autoprodução, devido ao alto preço da energia no período. Revelava-se, assim, no artigo de Guinle, como em todos os outros, o pensamento socialmente determinado, conforme o definiu Ester Vaisman: “a sociedade fornece a matéria, os meios e as próprias demandas para a exercitação do pensamento, pois, da situação mais corriqueira à mais técnica ou sofisticada, é sempre como ser social que o homem pensa” (VAISMAN, 1999, p. 286.). Mais ainda: pensa como ser social *interessado*, daí tomar uma posição a respeito dos conflitos de sua época.

Gradativamente, ao monopolizar o setor de energia elétrica no país, as concessionárias estrangeiras impunham suas tarifas de forma abusiva. No interior do Estado de São Paulo, onde, já ligada à Amforp, monopolizava o setor,

./.../devido à desvalorização do mil-réis, a Companhia Paulista de Força e Luz eleva as taxas de maneira astronômica. A revolta contra a decisão é inaudita na história do Brasil: a população atingida, de maneira total, nega-se a aceitar os preços e deixa de pagar o devido. Diante disto, a Companhia desliga o fornecimento de energia elétrica aos particulares. Como o movimento é coletivo, a totalidade das casas de São Manuel, Jaú, Araçatuba, Piracicaba, Rio Preto, Birigüi, Mineiros, Cafelândia etc. têm sua energia elétrica cortada. Até que o interventor paulista, no início de 1932, faz revisão no contrato da Companhia Paulista de Força e Luz. A derrota momentânea não impede que a Light tente impor inutilmente a taxa-ouro em 1933. (CARONE, 1977, p. 79.)

Isso leva o governo federal, em 27 de novembro de 1933, a declarar “nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, ou em determinada espécie de moeda, ou por qualquer meio tendente a recusar ou restringir, nos seus efeitos, o curso forçado do mil-réis e ouro”. (CARONE, 1977, p. 79)

Além de majorar suas tarifas com liberdade, tais empresas, alteravam os contratos que lhes garantiam a elevação de suas tarifas, através da *cláusula-ouro*. Por ela, o aumento

7 Sobre o tema, ver dois artigos publicados pela Fundação Patrimônio Histórico da Eletropaulo: Edgard CARONE, Priscila F. PERAZZO, “Em São Paulo, lutas contra o monopólio”, pp. 38-45; Edgard CARONE, Rosa Maria M. T. J. DÉR, “Light x Guinle”, pp. 14-9.

se dava levando em consideração 50% de moeda nacional e 50% oscilando de acordo com a cotação do dólar.

Resumidamente: em 1928, a Amforp era detentora de praticamente todas as usinas do interior de São Paulo. A Light and Power, por sua vez, possuía todas as usinas que existiam entre Jundiaí e o Rio de Janeiro, incluindo a capital paulista. Portanto, a ação das concessionárias estrangeiras compreendia importantes centros urbanos do país. É claro que a ação destas empresas estrangeiras no setor de energia elétrica do Brasil representava a consistente ação imperialista, em sua forma mais tradicional naquele momento, ou seja, atuava nas concessões públicas, ao lado de setores como gás, bondes e ferrovia. Caracterizava-se, assim, o monopolismo, procedimento correlato à fase superior do capitalismo, conforme demonstrou Lênin, mas em uma especificidade de desenvolvimento híper-tardio.

### **As concessionárias nos bastidores: a ação do *polvo canadense***

Desde a instalação das concessionárias estrangeiras de energia elétrica no Brasil – primeiro com a Light and Power, em 1899, e depois com a Amforp, em 1927 – até o início da década de 50, vários episódios ilustraram o comportamento das concessionárias visando a garantir o controle da prestação dos serviços de utilidade pública no setor de energia elétrica e, ainda, a natureza dos serviços prestados pelas empresas referidas acima era de fato monopolista.

A ação das grandes concessionárias estrangeiras de energia elétrica (Light and Power e Amforp) no sentido de manter privilégios se dava através da infiltração de seus funcionários em instâncias decisivas de poder, como ocorreu na Constituinte de 1933 e aconteceria novamente na de 1946. (RUY in: FIALHO, 1979, p. 36.)

As críticas a esta campanha da Light pela manutenção de seus privilégios no setor elétrico levam-na, a partir do dia 5 de agosto de 1943, a se tornar alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sob 13 acusações, dentre elas: infrações de norma legal, como a recusa de pagamento de taxa de utilização da água pública e infrações de normas contratuais, como o não cumprimento de reversão da parte do acervo da companhia de gás.

A Light então deveria ser incorporada ao patrimônio do governo, em virtude do término do prazo do contrato de concessão. Havia, ainda, irregularidades administrativas, como influenciar ou pressionar funcionários encarregados do andamento dos processos administrativos referentes à execução de obrigações da empresa.

No relatório conclusivo da CPI contra a Light, o deputado Afonso Arinos, ao reconhecer a procedência das denúncias apresentadas contra a empresa por Juarez Távora, assinalava:

O relator timbra em declarar que não é movido por nenhum sentimento de hostilidade ao capital estrangeiro, cuja colaboração considera necessária ao desenvolvimento econômico do país, mas entende que esta colaboração deve ser conduzida sob a vigilância honesta das autoridades públicas, de forma a harmonizar as garantias da propriedade, da justa remuneração do dinheiro com

a obediência dos preceitos legais, visando à obtenção de serviços abundantes a preços acessíveis ao povo e às indústrias.<sup>8</sup>

Tal relatório sugeria que se realizasse a revisão dos contratos de concessão que envolviam a Light, de forma a colocá-los sob a Constituição e as leis vigentes. Propunha audiências da Divisão de Águas e do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, para elucidar a posição da Light quanto à aplicação do Código de Águas.

Já nesta época e por seus contemporâneos a Light era acusada de ação monopolizadora. O deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) paulista, Eusébio Rocha, no texto da justificação do projeto de sua autoria que sugeria a encampação de empresas da concessionária canadense, ao aludir o caso dos obstáculos criados por esta à construção da Usina de Salto, ressalta que a Light, com o intuito de afastar um concorrente, obstruiu a construção de tal usina, embora não tivesse capacidade para fornecer a energia necessária:

*.../a Light influenciou de forma inconveniente e decisiva, no sentido de obstar a construção da usina da Salto, destinada ao fornecimento de energia à Central do Brasil e ainda deixando larga margem a outros fornecimentos. Se não possuía capacidade para suprir o ritmo crescente do mercado de energia elétrica, não deveria ter agido da forma por que agiu. Era preciso, entretanto, afastar um concorrente, para não baixar suas tarifas<sup>9</sup>.*

Tais práticas monopolistas não se restringiam, no entanto, ao afastamento do concorrente pela interferência junto aos poderes públicos. Sua ação incluía, segundo noticiário da época, também atos de sabotagem. Depoimentos do engenheiro Catullo Branco<sup>10</sup> são de grande importância para ilustrar tais acusações contra a concessionária canadense. Vejamos mais detalhadamente em que circunstâncias e de que forma ocorria esta prática.

No início da década de 40 do século XX, a crise de energia elétrica afetava todo o Estado de São Paulo.<sup>11</sup> Neste momento, a Estrada de Ferro Sorocabana pretendia construir uma usina própria no Rio Capivari, a partir de um projeto do engenheiro Catullo Branco (Projeto Capivari-Monos). Tal usina visava a garantir o abastecimento da empresa ferroviária. No entanto, a construção da Usina de Capivari-Monos se constituiria numa ameaça ao monopólio da Light and Power no fornecimento de energia elétrica à Estrada de Ferro Sorocabana. Lembra o engenheiro que assim que o projeto piloto da Usina de Capivari-Monos começou a funcionar ocorreu uma enchente, prejudicando o seu funcionamento. Segundo ele, para a população da região, a enchente teria sido provocada pela Light and

8 Cf. Resumo das conclusões apresentadas pelo relator Afonso Arinos no relatório da CPI, in: (GOMES, 1986, p. 16-9.)

9 Cf. "Justificação do Projeto n.º 4.455, de 1954". In: ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sessões Ordinária e Extraordinárias Noturnas, 2 a 8 de junho de 1954, p. 191.

10 Formado pela Escola Politécnica de São Paulo, o engenheiro Catullo Branco pertenceu aos quadros da Secretaria de Obras Públicas do Estado de São Paulo durante 30 anos (1928-58). Era especialista em energia hidrelétrica e como tal participou de projetos importantes, como o da Usina de Caraguatatuba, desenvolvido em 1938, e o da Usina de Barra Bonita, de 1942. Foi eleito pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1946, como deputado constituinte. Durante toda a sua vida atuou de forma intensa contra os interesses do capital estrangeiro, que no setor de energia elétrica eram representados pela Light and Power e pela Amforp.

11 Sobre o tema ver: (DIAS, 1995.)

Power, com a abertura das comportas da sua represa. Denuncia ainda em seu relatório que não foi possível provar que a empresa estrangeira tentou destruir a Usina de Capivari-Monos, pois a fiscalização enviada para o local da ocorrência produziu um relatório que acabou por isentar a Light de qualquer responsabilidade no caso:

“Houve uma enchente, logo que a usina começou a funcionar, que me preocupou. Eu estava em São Paulo e tive notícias de que a região de Parelheiros estava inundada, bem como a usina da Light. Consegui chegar com o carro até a Estação de Rio dos Campos e seguir a pé com tudo ameaçando desbarrancar. A nossa ponte balançava com a força das águas, mas resistia ainda. Tomei algumas providências e voltei para encontrar meu amigo e motorista, Scarpelli, na Estação Evangelista de Souza. Numa venda ouvimos a conversa do dono: a Light havia aberto as comportas da sua represa, o que causara a inundação da nossa usina. Estávamos tão cansados que não pudemos ir verificar a pé. Em São Paulo relatei este fato à Inspetoria da Secretaria de Viação. Alguns dias depois foi mandado um fiscal muito bem recebido pelo pessoal da Light e levado na famosa lancha *Catarina*, com bar a bordo e tudo. E o seu relatório dizia que as comportas estavam fechadas e o capim era normal nas margens. Fiquei sem poder provar que a Light tentou destruir a nossa usina.” (Apud BRANCO, s/d, p. 27-8.)

O depoimento acima transcrito nos induz a dois raciocínios: um de que a Light teria cooptado o fiscal transportando-o na lancha da empresa, que se destacava por ser extremamente luxuosa. Deduz-se a influência que pode ter causado em uma pessoa de poucas posses, ou a um funcionário do governo, ver-se integrado a um mundo ostentoso, cercado de pessoas da empresa que o tratam como igual e que o convencem de seus propósitos. Em segundo lugar, se não fosse para deixar seu depoimento à posteridade da possível corrupção do funcionário, por que destacar no relatório as condições em que se deu esta vitória? Além disso, o que ressalta ainda o texto é a omissão do próprio governo, que não exigiu nova vitória mediante tais fatos, e da imprensa, que não reproduziu a denúncia de cooptação ilícita explícita no texto.

Num artigo do historiador Ricardo Maranhão, acerca da trajetória de um dos executivos mais importantes da Light no Brasil, o major Ken McCrimmon, publicado na *Revista Memória da Eletropaulo*, encontramos elementos que reforçam as idéias acima aventadas sobre o episódio do passeio do funcionário público na lancha da Light. Lembra Maranhão que McCrimmon costumava freqüentar “*bares mal afamados*” para falar com gente do *staff* político da ditadura [Vargas]”. (MARANHÃO, 1989, p. 38.) Ora, se um alto executivo da empresa canadense buscava encontros com altos funcionários do governo para influenciá-los segundo os interesses da Light, por que não aventar, portanto, que a hipótese do engenheiro Catullo Branco acerca da cooptação do funcionário da Inspetoria da Secretaria de Viação esteja correta?

A influência das concessionárias estrangeiras não se dava somente nos setores da administração pública: em seu importante depoimento, Jesus Soares Pereira<sup>12</sup> narra a

12 O cientista social Jesus Soares Pereira foi um dos técnicos mais destacados durante o primeiro governo Vargas (1930-45). Atuou no Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) até a derrubada do Estado Novo, em 1945. Participou da elaboração

participação da grande imprensa, ligada àquelas empresas, na campanha contra a proposta de criação da Eletrobrás. Artigos escritos pelo proprietário dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand, eram uma verdadeira campanha contra as centrais elétricas nacionais:

“Além disso a pressão veio feia e forte através da grande imprensa. Sabendo-se, por exemplo, das ligações da cadeia dos *Diários Associados*, basta consultar o material por ela usado em sua campanha contra a Eletrobrás para que se perceba claramente que a arregimentação de combate ao governo Getúlio Vargas era em grande parte estimulada pelas empresas de energia elétrica. Muitos dos artigos assinados pelo senador Assis Chateaubriand, e aparecidos na época no *O Jornal*, do Rio de Janeiro, eram traduzidos para o espanhol e transcritos em vários jornais da América Latina. Digo isto porque recebíamos, através das nossas embaixadas, os recortes desses mesmos artigos divulgados na imprensa de Lima, de Santiago do Chile, do México etc., onde Foreign Power tinha interesses a defender.” (LIMA, 1975, p. 126.)

Proprietário da primeira grande rede de empresas de comunicação do país, o jornalista e político paraibano (no segundo governo Vargas, eleito senador pela Paraíba) Francisco de Assis Chateaubriand foi uma das personalidades mais influentes do país durante décadas. Suas posições sempre foram favoráveis à ação do capital estrangeiro e suas aludidas relações com as concessionárias de energia elétrica remontam à década de 10 do século passado. A prestigiada biografia do poderoso jornalista paraibano, escrita por Fernando Morais, colabora para elucidar este tema. Conta o biógrafo como o advogado, recém-radicado no Rio de Janeiro, obteve uma grande vitória ao defender a Light and Power num processo no Supremo Tribunal Federal, êxito lhe renderia a amizade e a confiança do maior executivo da Light, Alexander Mackenzie. Naquela ocasião, Chateaubriand teria se recusado a receber o pagamento de seus honorários, afirmando que se tornar “amigo de um gigante da estatura de sir Alexander Mackenzie é a maior remuneração que poderia almejar um brasileiro que luta como eu pelo desenvolvimento de seu país. A conta já está paga.”<sup>13</sup>

Segundo a mesma biografia, anos mais tarde, Assis Chateaubriand, contratado para trabalhar no *Jornal do Brasil*, viria a se colocar novamente ao lado dos interesses do capital estrangeiro. O jornalista paraibano deu à linha editorial daquele importante periódico da então capital brasileira uma clara conotação de defesa da internacionalização da economia nacional. Dentre os colaboradores convocados por ele para trabalhar no jornal estavam João Teixeira Nunes (assessor de Alexander Mackenzie). (MORAIS, 2001, p. 100.)

---

dos projetos relacionados com o aproveitamento do carvão e de todo o trabalho legislativo que resultou na criação, em julho de 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Trabalhou na assessoria da Câmara de Produção, Comércio e Transporte entre dezembro de 1942 e março de 1943, quando foi designado para servir de elemento de ligação do CFCE com o Ministério da Agricultura e Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. No segundo governo Getúlio Vargas, integrou a Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo de Almeida. Foi a figura mais importante desta Assessoria na preparação do Projeto nº 1.516, que autorizava a criação da Petrobrás e vinculava, pela primeira vez, o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes ao programa do petróleo. No segundo semestre de 1953, assumiu a chefia da Assessoria Econômica de Vargas. Neste cargo, comandou a equipe que elaborou, simultaneamente, o I Plano Nacional de Eletrificação e os projetos de lei visando a regulamentar o imposto único sobre energia elétrica e criar a Eletrobrás.

13 Apud MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 99.

Ainda de acordo com Fernando Morais, o primeiro jornal dos muitos que Chateaubriand controlaria posteriormente foi adquirido em 1924 com a ajuda financeira da Light. (MORAIS, 2001, p. 155.) Em 1928, Assis Chateaubriand afirmou o seguinte sobre a Light: “No mês vindouro a Light & Power completa mais um ano de atividade no Brasil. Fora outro o nível mental de nossa gente e esse dia deveria ser feriado nacional.” (Apud MORAIS, 2001, p. 187.) No ano de 1944, no retorno de sua primeira viagem aos Estados Unidos, Chateaubriand fez uma escala no Canadá. Motivo: *depositar flores no túmulo de seu falecido amigo, o presidente da Light no Brasil durante anos, Alexander Mackenzie.* (MORAIS, 2001, p. 440.)

Diante dos fatos listados acima, não é difícil compreender a ferocidade da campanha da imprensa controlada por Assis Chateaubriand contra o projeto que criaria a Eletrobrás e diminuiria os privilégios das concessionárias estrangeiras no Brasil; o jornalista, desta forma, coloca-se claramente na galeria dos exemplares ideólogos conservadores brasileiros.

Conclusivamente: a trajetória do setor de energia elétrica no Brasil expressa uma das facetas da particularidade do desenvolvimento hiper-tardio do capitalismo brasileiro, no contexto do capitalismo internacional de caráter imperialista e monopolista. O conservadorismo político, a ação agressiva para a manutenção dos monopólios, a ineficaz ação do Estado para coibir tais iniciativas, a impossibilidade da denúncia, a impunidade dos agentes, o isolamento em que se viam os funcionários-chave envolvidos na questão denotam a falta de controle do Estado sobre as ações dos poderes constituídos e a fragilidade das instituições governamentais, que acabam por ficar à mercê do imperialismo internacional.

Desde o final da década de 20 do século passado, as principais concessionárias privadas (Light and Power e Amforp) eram detentoras da prestação dos serviços de energia elétrica nos capitais centros urbanos do país e o que caracterizava tais concessões era a sua natureza monopolista e, sobretudo, sua ação imperialista no Brasil.

A conduta das concessionárias estrangeiras de energia elétrica visando a atingir ou mesmo garantir seus privilégios – dos quais o maior era a natureza monopolista das suas atividades – sempre ocorreu como expressão da concretude social de que são parte integrante e agentes sociais.

Diversos exemplos levantados por esta pesquisa, através dos depoimentos de personalidades envolvidas na história do setor elétrico, corroboram a conclusão acima aventada, de que as concessionárias se utilizaram de todos os meios possíveis para manter suas regalias, fossem elas atuações nas Assembléias Nacionais Constituintes, através de deputados que representavam seus interesses com o objetivo de obter vantagens legais, denunciada por José Carlos Ruy; ações de sabotagem contra as tentativas do poder público ou privado local de criar alternativas ao monopólio das concessionárias estrangeiras, delatadas pelo engenheiro Catullo Branco; e, finalmente, a corrupção, denunciada pelo então deputado Eusébio Rocha.

## Referências Bibliográficas

BRANCO, Zillah Murgel. “Catullo Branco: um pioneiro”. In: *Memória Energia*, São Paulo, s/d, nº 27

BUKHARIN, Nicolai. *O imperialismo e a economia mundial*. Rio de Janeiro, Ed. Laemert, 1969.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930) (texto e contexto)*. São Paulo, Difel, 1976.

\_\_\_\_\_. *A República Velha - evolução política*. São Paulo, Difel, 1977.

\_\_\_\_\_, DÉR, Rosa Maria M. T. J. “Light x Guinle”. In: *Memória*, São Paulo, DPH Eletropaulo v. 2, n. 3, pp. 14-9, 1989.

\_\_\_\_\_, PERAZZO, Priscila F. “Em São Paulo, lutas contra o monopólio: a mobilização social no conflito Guinle x Light.” In: *Memória* (abr/jun1990), pp. 38-45. São Paulo, DPH Eletropaulo.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. Belo Horizonte/São Paulo, Ad Hominem/Ed. Una, 1999.

\_\_\_\_\_. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André, Edições Ad Hominem, 2000.

DIAS, Renato Feliciano (coord.). *Notas sobre racionamento de energia elétrica no Brasil (1940-80)*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil/Eletobrás, 1995.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *A eletrificação no Brasil*. São Paulo, FPH Eletropaulo, 1986, col. *História e Energia* nº 2.

GUIMARÃES, Deocleciano T. (org.). *Dicionário técnico jurídico*. São Paulo, Rideel, 1999.

LENINE, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Centauro, 2000.

LIMA, Medeiros (org.). *Petróleo, energia elétrica e siderurgia: a luta pela emancipação – um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

MAGALHÃES, Gildo. *Força e Luz: eletricidade e modernização na República Velha*. São Paulo, Editora da Unesp/Fapesp, 2000.

MARANHÃO, Ricardo. “McCrimmon: o jeitinho brasileiro na direção da Light”. In: *Memória*, São Paulo, DPH Eletropaulo, v. 2, n. 5, pp. 35-38, 1989.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis/Buenos Aires, Vozes/Clacso, 2002.

MARX, K. & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Ômega, s.d, 3 vols.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Américo Barbosa de. “Amortização dos investimentos da Light e lucros ilegais”. In: FIALHO, A. Veiga (org.). *Compra da Light: o que todo brasileiro deve saber*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 36 ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.

RUY, José Carlos. “As costas largas da Light”. In: FIALHO, A. Veiga (org.). *Compra da Light: o que todo brasileiro deve saber*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1979.

SAES, Flávio. “Café, indústria e eletricidade em São Paulo”. In: *História e Energia*, São Paulo, FPHESP, 1986.

VAISMAN, Ester. “A usina onto-societária do pensamento”. In: *Ensaio Ad Hominem*. n. 1, Tomo I – Marxismo, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.